

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 502.344 - RS (2019/0094635-5)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : MONIZE TEJADA DA COSTA E OUTRO
ADVOGADOS : ANTENOR COLOMBO NETO - RS072874
MONIZE TEJADA DA COSTA - RS103329
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : MARA ROSA ELIAS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MARA ROSA ELIAS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que denegou a ordem visada no *Writ* n. 0143757-18.2018.8.21.7000 para manter prisão determinada pelo Juiz presidente do Tribunal do Júri quando da prolação de sentença condenando a ora paciente ao cumprimento de 19 (dezenove) anos e 10 (dez) meses de reclusão, em regime inicial fechado, mais pagamento de 700 (setecentos dias-multa), pela prática dos delitos tipificados no art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal, no art. 244-B, § 2º, da Lei n. 8.069/1990 e no art. 35, *caput*, c/c o art. 40, incisos IV e VI, ambos da Lei n. 11.343/2006, todos em concurso material.

Nesta via, o impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, sob argumento de que não poderia ser determinada a execução provisória da reprimenda antes de esgotadas as vias ordinárias.

Defende, ademais, que não estariam ausentes, no caso, os requisitos autorizadores da prisão preventiva, elencados no art. 312 do Código de Processo Penal, mormente diante das condições pessoais favoráveis da acusada.

Pondera, ainda, que *"a paciente respondeu ao processo durante 04 anos em liberdade, não tendo havido qualquer modificação fática ou jurídica que fizesse surgir, após a prolação da sentença condenatória, os requisitos autorizadores da decretação da prisão preventiva insculpidos no art. 312 do CPP"* (e-STJ fl. 10).

Argumenta, por outro lado, que a ilegalidade também se consubstancia no flagrante excesso de prazo para julgamento do recurso de apelação, recebido no Tribunal *a quo* em 28/7/2017.

Destaca a excepcionalidade da prisão preventiva, que, com o advento da Lei n. 12.403/2011, somente poderia ser decretada quando as medidas cautelares alternativas se mostrarem insuficientes ou inadequadas, o que não seria a hipótese dos autos.

Afirma, por fim, que a ré faz *jus* à prisão domiciliar, pois *"é mãe de um adulto deficiente, recolhido à cadeira de rodas, um neto de 04 anos de idade que não pode contar com os cuidados de sua genitora (que está presa), bem como esposa de um senhor já em idade bastante avançada (84 anos), os quais precisam indispensavelmente dos cuidados da paciente, sendo que a manutenção dela em regime fechado importa em verdadeira afronta aos direitos fundamentais da mesma e de todos os seus familiares em questão"* (e-STJ fl. 15).

Requer, diante disso, a concessão da ordem para que seja revogada a segregação processual da paciente ou, se assim não se entender, seja concedida prisão domiciliar.

Superior Tribunal de Justiça

A liminar foi indeferida.

Informações prestadas pelas instâncias ordinárias, às e-STJ fls. 1.755-1.756 e 1.817-1.818.

Instado a se manifestar, opinou o Ministério Público Federal pelo não conhecimento do writ (e-STJ fls. 1821-1826).

É o relatório.

A insurgência não merece prosperar.

Inicialmente, no que tange à tese de que a paciente faz *jus* à prisão domiciliar, bem como à aplicação de medidas cautelares alternativas, verifica-se que tais questões não foram objeto de exame e deliberação pelo colegiado local ao exarar o acórdão combatido, circunstância que inviabiliza a aspirada análise direta por este Sodalício sob pena de indevida supressão de instância.

Em casuística correlata, esta Corte Superior já propalou que, quando os temas suscitados pelo suplicante, "*não foram submetidos ao crivo do Tribunal de origem no julgamento do habeas corpus originário, fica esta Corte impedida de examinar [...], sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e violação do princípio do duplo grau de jurisdição*" (HC 430.460/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 16/04/2018).

Outrossim, conforme informações obtidas na página eletrônica da Corte de origem, na sessão de julgamento realizada no dia 15/8/2019, a 3ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul deu parcial provimento aos apelos ministerial e defensivo para manter a condenação da ora paciente em relação aos delitos de homicídio duplamente qualificado, corrupção de menores e associação ao tráfico, redimensionando a pena imposta para 19 (dezenove) anos e 1 (um) mês de reclusão, em regime inicial fechado, mantida, no mais, a sentença de primeiro grau.

Diante do julgamento da apelação, nota-se a prejudicialidade do aventado excesso de prazo, por analogia ao entendimento consolidado no enunciado 52 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Ademais, considerando-se a nova realidade processual inaugurada com a revisão do édito condenatório pelo 2º grau de jurisdição, perdeu o objeto o presente reclamo quanto aos demais pleitos ora expostos.

A propósito:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. IMPOSSIBILIDADE. NULIDADE DO DECRETO DA PRISÃO PREVENTIVA. COMPETÊNCIA. PACIENTE ABSOLVIDO. PREJUDICADO. CORRÉU CONDENADO. ESGOTAMENTO DOS RECURSOS ORDINÁRIOS. POSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. NULIDADE. AUSÊNCIA DE RESPOSTA À ACUSAÇÃO. RITO DOS CRIMES FUNCIONAIS. HABEAS CORPUS PARCIALMENTE PREJUDICADO E, NO MAIS, NÃO CONHECIDO.

[...]

3. Considerando a superveniência de sentença condenatória e do julgamento da apelação criminal, esgotados os recursos da via ordinária, fica prejudicado o habeas corpus no ponto em que se discutiam os fundamentos da prisão preventiva, tendo em vista que a segregação passou a decorrer da execução provisória da pena imposta.

Superior Tribunal de Justiça

[...]

Habeas Corpus parcialmente prejudicado e, no mais não conhecido.
(HC 245.240/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK,
QUINTA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 06/11/2017)

PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. ROUBO MAJORADO. EXCESSO DE PRAZO PARA JULGAMENTO DE RECURSOS DE APELAÇÃO. PARCIAL PREJUDICIALIDADE. JULGAMENTO SUPERVENIENTE DE UM DOS RECURSOS. PRISÃO DOMICILIAR. DOENÇA GRAVE. DEBILIDADE EXTREMA. MATÉRIA NÃO APRECIADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. HABEAS CORPUS DENEGADO.

1. Constata a superveniência do julgamento de um dos recurso de apelação, acerca do qual havia a imputação de excesso de prazo para julgamento, resta prejudicado o habeas corpus nesse ponto.

2. Uma vez que o pedido de substituição da prisão preventiva pela domiciliar não foi analisado pela origem, não pode ser apreciado nesse momento a fim de evitar supressão de instância.

3. A aferição da razoabilidade da duração do processo não se efetiva de forma meramente aritmética. Ainda que a paciente esteja presa desde 2015 e o apelo tenha sido interposto em 3/5/2016, verifica-se que a custódia cautelar não se revela desproporcional tendo em vista que esta, além de estar cumprindo pena por outras duas condenações, possui aplicada pena de 13 anos e 8 meses de reclusão anos de reclusão, encontrando-se o recurso com data de julgamento marcada para data próxima, no dia 15/5/2018.

4. Habeas corpus denegado.

(HC 411.059/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 24/05/2018)

Ante o exposto, **não se conhece o habeas corpus.**

Publique-se e intemem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator